

## Software público é diferencial para o Brasil

Em função do investimento empregado na área da Educação nos últimos anos a Coréia do Sul e a Espanha são países que têm se destacado no cenário internacional como um exemplo de política pública a ser seguida [1]. O Estado Sul-coreano e o Espanhol estiveram presentes nesta inversão de prioridades dos investimentos, confirmam inúmeros estudos sobre o tema [2]. Tal resultado, concluem diversos especialistas, alcançou como consequência, a consubstanciação do salto econômico e social desses países [3].

Convivemos neste terceiro milênio com a presença constante de uma nova forma de construção de conhecimento e de riqueza: o software. Os defensores da língua pátria podem imaginar que não começamos muito bem ao adotarmos um termo “importado”. Mas, vamos conviver com os sinais deste mundo globalizado sem nos furtarmos desta realidade invasiva, pois queiramos ou não, o software será cada vez mais uma das principais alavancas de desenvolvimento econômico e social no início deste terceiro milênio. O Estado, a exemplo da percepção da experiência da Coréia da Sul e da Espanha, também será essencial como base de transformação, onde o fortalecimento do conceito de software como um bem público se tornará um fundamento importante para dimensionar o papel estratégico que o Estado deve assumir atualmente frente ao assunto.

Logicamente, o momento não é de discutirmos o papel do Estado. O importante é percebermos o que representa o estímulo deste na condução estratégica de uma política pública (há dez anos atrás o Estado foi colocado como o grande vilão da economia – [4]). Tal defesa, precisa primeiro de uma contextualização do segmento software em nosso país:

- Existe um mercado consumidor emergente, mas longe de atingir a grande maioria da população. Isto pode ser comprovado em pesquisa recente organizada pela Fundação Getúlio Vargas, que realizou uma série de cruzamentos de informações sobre o consumo doméstico no setor de Tecnologia da Informação[5]. Um dos resultados da pesquisa se traduz na conformação de um quadro onde o cidadão que possui computador, normalmente, já conseguiu adquirir pelo menos um carro e um ar condicionado (afirma o estudo que “a nível nacional 98.5% dos miseráveis são sem computador”).
- Uma segunda premissa estabelece que boa parte das pequenas e médias empresas, enquanto usuárias de soluções, tem dificuldade de acesso aos benefícios das tecnologias disponíveis pelos grandes conglomerados de TI[6](e o mesmo efeito se assemelha para prefeituras e órgãos públicos de menor orçamento). Trata-se de uma dificuldade imposta em grande parte pelo alto custo das soluções existentes.
- Outra questão é que o preço de um conjunto de softwares comprovadamente se torna maior que o custo do hardware, o que também dificulta a aquisição deste bem (ou serviço) por boa parte dos usuários, sejam eles cidadãos, empresas e órgãos públicos. Estes ao adquirirem o hardware, acabam surpreendidos pelo custo de aquisição de software para o ambiente.

Podemos perceber somente com estas três breves premissas que no país existe uma carência no mundo da TI, que se agudiza no mundo do software. Tal fato pode ser explicado por questões mais óbvias como a desigualdade social, o baixo investimento em pesquisas ou políticas de desenvolvimento para o setor (problemas que o atual governo tem combatido). Entretanto, existem outros fatores, considerados expressivos e que também justificam este abismo tecnológico, são eles: o alto custo das soluções, o modelo de negócios fortemente ancorado no custo de propriedade do software e a ausência de colaboração entre os “excluídos” deste mundo de usuários.

Observadas as breves premissas, devemos buscar uma segunda relação, percebendo um subconjunto do próprio software: a sua produção. O Brasil é um país exportador de software. Entretanto, na balança comercial, chegamos a importar 10 vezes o que exportamos na área de Tecnologia da Informação. O país tem domínio em setores específicos como segurança, mas sofre com a remessa de royalties por softwares básicos, hardware e serviços. O que chama atenção é que existe um nível de evolução da produção de software no país não acompanhada da imensa possibilidade de

demandas existentes por serviços em TI. Ou seja, existe uma carência no setor, uma demanda reprimida, e esta não é somente do consumidor pessoa física, mas também grande parte das organizações que tem dificuldades de acesso às tecnologias.

Porque a proposta de estruturação de um conceito que comungue o bem software com o conceito de público? Primeiro devemos entender, qual é a dimensão do “público” ora apresentada. Objetivamente é seguir as mesmas condicionantes para Saúde, Educação, Transporte, ou seja, o Estado cumpre a função de responsabilidade sobre o conjunto de “serviços”, outorgada em suas obrigações constitucionais. Claro que nem todas as premissas, direitos e deveres quanto ao Software Público estão amadurecidas, mas podemos começar com algumas ponderações sobre as inúmeras possibilidades que tal estratégia pode proporcionar ao país.

O bem software ao ser compartilhado, consegue não somente criar demandas e atender necessidades (como qualquer bem), mas potencializa um modo de desenvolvimento pulverizado, como jamais foi percebido na história. Os bens públicos convencionais convivem com a própria limitação física: dos recursos materiais, das instalações, do pessoal envolvido, entre outros. O software, ao ser caracterizado como bem não rival e não excludente tem a capacidade de ampliar sua evolução após a sua distribuição, reforçando uma de suas potencialidades que é o compartilhamento. Mas, para percebermos com maior agilidade esta questão, devemos tratar como um primeiro ponto importante o software como uma riqueza, assim como os metais preciosos no Império, a energia elétrica, na República, a água no futuro...

Os argumentos que alçam o Software Público a um patamar semelhante ao da Educação e da Saúde, podem aparentemente preterir uma relação de prioridade para o software que não pode ser igualada aos demais e, certamente, isto é compreensível em nosso país. Agora, observemos brevemente uma realidade que não está mais compreendida somente nos filmes de ficção: os exames laboratoriais, os aparelhos cirúrgicos, as bibliotecas, as escolas, as pesquisas científicas, o ensino, todos eles hoje estão envolvidos umbilicalmente com o mundo da Tecnologia da Informação, em especial o mundo do software. O que nos põe a afirmação de que o software está cada vez mais presente em nossas vidas: queiramos ou não.

O Estado como mais um indutor de desenvolvimento, tendo como alicerce o software público, pode configurar uma presença estratégica de definição de uma política pública que acelere o desenvolvimento e disponibilização de soluções, destine recursos para setores com baixa capacidade de produção de software, crie um acervo público de soluções para sociedade e principalmente desenvolva perspectivas de universalidade para os excluídos do mundo da inovação proporcionada pelo software. O Brasil, em relação aos demais países, tem maior capacidade de acelerar este modelo por algumas peculiaridades:

i) os países do mundo “dito desenvolvido” estão ancorados no modelo tradicional do mercado de software, onde o custo da licença é um fator presente; ii) os países que estão começando a aproximação com o novo modelo baseado em serviços, tais como a França, a Índia e a Alemanha, não possuem apoio oficial nacional e consenso institucional para o modelo de serviços; iii) o Brasil, assim como a Índia, possui profissionais capacitados para o desenvolvimento de software. O Brasil, ao contrário da Índia, tem maior aproximação com o modelo livre e aberto e; iv) a capacidade cultural dos brasileiros em colaborar, compartilhar e trabalhar cooperadamente, pode acelerar o modelo de negócios centrado no software (serviços).

Embora ainda estejamos construindo as bases do Software Público Brasileiro, que demandam por um marco jurídico, maior inserção da Sociedade, construção dos elementos de gestão e a sustentação de uma política de Estado, o pouco tempo de algumas práticas exemplares, como o compartilhamento do Sistema de Inventário CACIC (Dataprev), do Ensino à Distância E-PROINFO (Ministério da Educação) e do Sistema de Atendimento ao Usuário (Ministério do Desenvolvimento Agrário) [7] tem demonstrado a potencialidade do software como um bem público, capaz de sustentar e induzir uma política pública inovadora.

Notas:

[1] “...Países que, no passado recente, estavam parados no tempo, como Espanha, Coréia do Sul ou Irlanda, deixaram para trás a periferia do planeta graças a investimentos pesados no ensino e no conhecimento...” Brasil, para dar certo, precisa de um projeto nacional de educação, Cristóvam Buarque, 17/04/2006 – Revista Época.

[2] “...as forças democráticas construíram o Pacto de Moncloa, celebrado entre o governo, os partidos políticos e os sindicatos, que deu impulso às reformas. Foi o pacto que permitiu multiplicar por dois o orçamento da educação pública entre 1977 e 1980 e registrar na história do país decisões importantes como a dos trabalhadores que abriram mão de receber aumentos salariais para garantir a cota da educação no orçamento do Estado...” Jornal da Ciência e-mail 2371, de 24 de Setembro de 2003. Educação: a experiência da Espanha, Quarta-Feira, 05 de abril de 2006

[3] “...Em 1960, o PIB per capita da Coréia do Sul era metade do registrado no Brasil. Os coreanos investiram maciçamente na educação dos cidadãos e hoje seu PIB per capita é o dobro do brasileiro. “É uma verdade absoluta que o investimento em educação gera crescimento econômico”, diz o economista Naércio Menezes, professor do Ibmecc São Paulo...” Brasil, para dar certo, precisa de um projeto nacional de educação, Cristóvam Buarque, 17/04/2006 – Revista Época

[4] “...Caderno n.1 (1997:7) editado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado — Mare, de autoria do ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, a partir da indicação de quatro componentes básicos: a) a delimitação do tamanho do Estado, reduzindo suas funções através da privatização, terceirização e publicização, que envolve a criação das organizações sociais; b) a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; c) o aumento da governança, ou seja, a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal; d) o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar...”

[5] Mapa da Exclusão Digital, Coordenação Marcelo Côrtes Néri, Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2003. [150] p.

[6] “...No caso do Brasil, 41% dos entrevistados citaram a força crescente das grandes corporações como a principal ameaça competitiva ao crescimento das médias empresas nos próximos três anos...” Pesquisa realizada pela Economist Intelligence Unit, braço de informação de negócios do The Economist Group, que edita a revista The Economist. Médias empresas consideram TI essencial para negócios. Quinta-feira, 27 de Abril de 2006, <http://www.tiinside.com.br/Filtro.asp?C=265&ID=62317> [1]

[7] Endereço eletrônico dos Softwares Públicos disponibilizados pelo governo federal. Sistema de Inventário CACIC – <http://www.governoeletronico.gov.br/cacic> [2] Sistema de Ensino à Distância E-PROINFO – <http://www.eproinfo.mec.gov.br/comunidade/> [3] Sistema de Atendimento ao Usuário SISAU – <http://www.governoeletronico.gov.br/mda> [4]